

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ

Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo ¹

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo desmistificar o papel do pedagogo na assistência social no município de São João da Barra/RJ; através de relatos da pedagoga e referenciais teóricos, tendo em vista o atendimento a um número elevado de famílias vulneráveis e o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, pedagogo social. Carvalho *et al* (2017) afirma que o papel do pedagogo nos ambientes não formais tem uma importância social com cunho nas demandas decorrentes das transformações sociais. O tema justifica-se pela pouca visibilidade da atuação do pedagogo nos ambientes não escolares. O problema que envolve a pesquisa é o questionamento em torno do papel do pedagogo social mediante as vulnerabilidades produzidas pelo Estado e quanto ele pode superá-las a partir de políticas de proteção social. A hipótese se confirma através da quantidade crescente de famílias brasileiras em estado de vulnerabilidade social necessitando de proteção e assistência, em decorrência do desemprego e a influente atuação do pedagogo nesse campo. O público alvo é o equipamento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Grussaí no respectivo município. Como resultado da pesquisa verifica-se que o pedagogo contribuiu significativamente para formação do cidadão mediando à superação das vulnerabilidades sociais e dificuldades através das suas intervenções socioeducacionais. Os autores utilizados foram: Carvalho *et al* (2017), Libâneo (2010), Machado (2002) dentre outros.

Palavras-chave: Pedagogia, Assistência Social, Famílias Vulneráveis.

INTRODUÇÃO

Libâneo (2010) afirma que diante de uma sociedade contemporânea há uma diversidade de práticas educativas que se configuram como intencionais, onde estão presentes ações pedagógicas. Sendo assim, configuram-se duas formas de ação educativa: escolar e extra-escolar.

O objetivo geral desse trabalho é desmistificar o papel do pedagogo na assistência social no município de São João da Barra/RJ; através de relatos do pedagogo e referenciais teóricos tendo em vista o atendimento a um número elevado de famílias vulneráveis e o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, pedagogo social.

Os objetivos específicos que norteiam o mesmo são: identificar os desafios do pedagogo social no CRAS de Grussaí; dar visibilidade ao papel do pedagogo nos espaços não escolares, principalmente da assistência social e apresentar resultados positivos de um

¹ Mestre em Educação Superior UNINI/PUERTO RICO, carlasarlo@gmail.com.

atendimento acolhedor, paciente, ético, compromissado em busca de uma sociedade justa e igualitária.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa quanto aos objetivos é exploratória tendo em vista que proporciona maior familiaridade com o problema. Quanto a abordagem é qualitativa, quantitativa, porque além de se preocupar com o aprofundamento da compreensão de um grupo social com características subjetivas, centra-se na objetividade através de dados variáveis. E quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa ação, a qual é um processo que se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação, onde a pesquisadora participa do problema.

É uma pesquisa de natureza básica/pura pois objetiva gerar conhecimentos novos envolvendo interesses e verdades universais em torno do tema. É experimental pois tem como propósito apreender relações de causa e efeito ao eliminar explicações conflitantes em torno do papel do pedagogo em ambientes não escolares. É bibliográfica porque se construiu a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio de livros.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados são as informações de fontes bibliográficas, informações coletadas nos referenciamentos do CRAS de Grussai no município de São João da Barra/RJ e relatos da pedagoga do CRAS do respectivo município; através dos atendimentos, acolhidas, palestras e oficinas realizadas pela mesma.

DESENVOLVIMENTO

O papel do pedagogo social nos Centros de Referência da Assistência Social

Libâneo (2010, p. 47) afirma que “a história dos estudos pedagógicos, do curso de Pedagogia, da formação do pedagogo e de sua identidade profissional está demarcada por certas peculiaridades da história da educação brasileira desde o início do século”. Com o movimento de uma educação nova de inspiração norte-americana no Brasil, nos anos 30, começa a perder espaço a ideia de uma ciência unitária, que reunia em torno de si as

chamadas ciências auxiliares da educação. A partir da década de 70 surge a idéia de sistemas escolares e escolas de cunho empresarial.

Carvalho *et al* (2017) explica as variadas vertentes do pedagogo no mercado de trabalho. Portanto,

São diversas as possibilidades de inserção profissional do pedagogo no mercado de trabalho, não se limitando apenas à sala de aula ou ainda ao trabalho pedagógico na escola. Os pedagogos podem atuar em empresas, hospitais, assistência social, instituições socioeducativas, museus, presídios, assim como em outros ambientes que necessitam de seus conhecimentos e intervenções pedagógicas (CARVALHO *et al*, 2017, p. 12).

Os referidos autores dão visibilidade aos diversos ambientes em que o exercício profissional do pedagogo se faz importante, compreendendo algumas possibilidades da atuação do mesmo no âmbito social.

De acordo com Libâneo (2010) a contemporaneidade define uma sociedade pedagógica com um campo de atuação em três tipos: a de professores de ensino público e privado, a de especialistas da ação educativa escolar e a de especialistas em atividades pedagógicas paraescolares em órgãos públicos, privados e públicos não estatais envolvendo instrutores, técnicos, animadores, consultores, orientadores, clínicos, psicopedagogos etc.

Para Carvalho *et al* (2017) o trabalho do pedagogo perpassa os muros escolares possibilitando a sua inserção em diversos espaços e áreas. Portanto,

Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre três aspectos básicos: a formação do pedagogo para a atuação em ambientes educativos não formais; a maneira como ocorre a sua inserção nesses espaços; e a forma como é desenvolvida sua prática profissional, ou seja, quais as especificidades exigidas para os lócus nos quais sua atuação profissional funcionará, de acordo com Moura e Zuchetti (2006), como complemento da educação formal. Esta pesquisa, no entanto, delimita-se a estudar os três aspectos supracitados no âmbito da inserção do pedagogo na Assistência Social (CARVALHO *et al*, 2017, p. 13).

Os autores citados anteriormente destacam a formação do pedagogo e as possibilidades de inserção desse profissional no mercado de trabalho compreendendo a sua atuação em ambientes não formais de aprendizagem, em especial na Assistência Social, desmistificando assim a sala de aula como único espaço educativo de atuação para os pedagogos.

Segundo Gadotti (2005) com a mercantilização da educação e conseqüentemente com as indústrias do conhecimento a educação passou a ser tratada como mercadoria e as empresas movidas pelo “marketing educacional”. Ele considera que a educação não formal é mais

difusa, menos hierárquica e menos burocrática, pois os seus espaços são múltiplos e a diversos públicos como: ONGs (Organizações Não Governamentais), igrejas, sindicatos, mídias, associações de bairros e etc. Sendo o seu objetivo principal ensinar cada um de acordo com seu tempo e esta educação cumpre seu papel flexível e comunitário em relação aos sujeitos envolvidos respeitando o tempo de cada um.

Brasília (2005, p. 16) explica que “a assistência social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros”. A atenção prioritária às famílias tem por objetivo proteção social fortalecendo laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos para obtenção da qualidade de vida atendendo a concretização de direitos humanos e sociais.

Pensar em uma ação pedagógica libertadora é propor uma educação popular emancipatória com autonomia tornando o cidadão crítico e democrático. Portanto, Freire (1987) ressalta que o diálogo fenomeniza e historiciza a intersubjetividade humana de forma relacional e consciente. Dessa forma, buscar-se-á a comunicação entre os seres humanos. Esse autor afirmava que a esperança sozinha não seria capaz de transformar o mundo, pois a luta de libertação tem sempre um suporte ético.

O trabalho prestado pela assistência social se organiza a partir dos seguintes parâmetros, segundo a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS (BRASÍLIA, 2005): oferta de maneira integrada; caráter público de co-responsabilidade e complementariedade; hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade face à demanda; porta de entrada unificada dos serviços; territorialização da rede de assistência social; caráter contínuo e sistemático e referência unitária.

Machado (2002) explica que as mudanças e as novas emergências da sociedade fizeram com que a Pedagogia Social se reelaborasse em processos de áreas diversas: relações com promoção cultural, problemas de inadaptação e marginalização social, espaços de tempo livre, crise ambiental, valores cívicos e formação para o trabalho, dentre outras. Ao considerar que a Educação Social, objeto material da Pedagogia Social, tem-se mantido relativamente estável, seu conceito fundamental pode ser o mesmo de sempre, com pequenas mudanças; entretanto, ele aponta que o objeto formal da Pedagogia Social, que é a maneira com que se imagina e representa os significados da Educação Social, é que estão em constantes transformações e readequações.

Pedagogia Social nos Cursos de Formação de Professores

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018, p. 16) os princípios e valores “reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”. Portanto, a mesma aplicada desenvolve a capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade.

Libâneo (2010) ressalta que a educação é um processo de crescimento e desenvolvimento demarcado pelos grandes ideais. Dessa forma,

Para as concepções culturalistas, a educação é uma atividade cultural dirigida à formação dos indivíduos, mediante a transmissão de bens culturais que se transformam em forças espirituais internas no educando. O processo educativo realiza o encontro de duas realidades: a liberdade individual, cuja fonte é a vida interior, e as condições externas da vida real, o mundo objetivo da cultura. Apropriando-se dos valores culturais, o indivíduo forma sua vida interior, sua personalidade e com isso pode criar mais cultura (LIBÂNEO, 2010, p. 76).

O autor citado explica que a educação é o modo subjetivo da cultura na forma interna e espiritual da alma estruturando a vida unitária. O processo educativo é um fenômeno social enraizado nas lutas sociais e contradições da práxis social que se configura no ideal de formação humana.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases / LDB (BRASIL, 1996) no artigo 43, o qual apresenta as finalidades da educação superior, verifica-se como um dos objetivos a difusão das conquistas e benefícios através da participação da população. Desta forma,

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. [...] (BRASIL, 1996, p. 16).

Segundo o referido documento a educação superior prioriza em suas finalidades na formação profissional a preparação para os problemas contemporâneos compreendendo o homem e o meio em suas relações de reciprocidade, exigindo assim uma formação continuada.

Embora o termo “Pedagogia Social” não esteja inserido na LDB, o mesmo pode ser compreendido como um processo formativo que acontece em diferentes espaços sociais. E para atuar como técnico nos referenciamentos do CRAS é necessário ter ensino superior, principalmente na área de Pedagogia, Psicologia e/ou Assistente Social atrelando os saberes educacionais às necessidades das ações desenvolvidas na política de assistência social.

A concepção de Educação Social é determinante para o trabalho pedagógico, pois nem toda educação não escolar é Pedagogia Social. É necessário fortalecer o diálogo da mesma com as novas formas de intervenção diversificada da realidade nacional, pois reflete as transformações sociais, políticas e culturais que marcam os diferentes momentos e espaços históricos, exigindo acolhimento, escuta e mediações. Portanto,

Na Educação Social seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas transmitir conteúdos. Desse ponto de vista, a concepção de construção de conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação através da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, bem como a Educação Social podem ser consideradas meios pelos quais as práticas educativas alcançam tais objetivos. Isso não significa dizer que a educação que acontece na escola não possa ter a mesma finalidade (MACHADO, 2002, p. 6).

Diante da referida citação verifica-se a importância de fortalecer a atenção para a Educação Social como prática educativa em diversos ambientes por meio de projetos, programas e instituições com a responsabilidade de inserção cultural e inclusão social reconhecendo que as pessoas são sujeitos de direitos e deveres, respeitadas em suas singularidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de São João da Barra/RJ, no atual governo, preocupado com o crescimento e o desenvolvimento do município, saúde, educação, meio ambiente e geração de emprego e renda, o CADASTRO ÚNICO é a porta de entrada para os Programas Sociais do Governo Federal e Estadual. Para participar de qualquer programa é preciso estar inscrito no Cadastro e fazer a inscrição nos Centros de Assistência Social – CRAS. É o primeiro passo para poder acessar a programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada/ LOAS, Cartão Cidadão, Cesta Básica e muito mais.

Segundo dados da página da prefeitura de São João da Barra/RJ, em dezembro de 2018, a mesma atingiu o índice máximo de atualização no Cadastro Único após reordenamento das atividades junto à população e às unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com o relatório do Governo do Estado, o município conta com 90,77% de atualização cadastral, ou seja, um número maior de pessoas está tendo acesso ao Cadastro Único e, conseqüentemente, aos benefícios e programas sociais que utilizam esse cadastro. O referido funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas, por isso é importante que esse atendimento esteja próximo da população, pois pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais.

A pedagoga do CRAS de Grussaí em janeiro de 2019, relata que “ao começar a desenvolver esse trabalho percebi que a função do pedagogo social é totalmente diferente nos bancos escolares porque os desafios enfrentados diante de uma população tão vulnerável necessitam de muita paciência e escuta”.

De acordo com os referenciamentos realizados pela mesma, no período citado acima, foram feitos 28 e no mês de julho 72, dentre inclusões e exclusões de membros familiares, transferências de municípios e Estados, atualizações cadastrais e autorização para inclusão no Cadúnico, de acordo com os dados da tabela abaixo:

TABELA I

| REFERENCIAMENTOS CRAS 2019 | | | | | | |
|----------------------------|-----------|-------|-------|------|-------|-------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | abril | Maio | junho | julho |
| 28 | 50 | 66 | 40 | 46 | 47 | 72 |

Fonte: a autora

Analisando a tabela acima pode-se verificar que há um crescimento de referenciamentos pelas famílias vulneráveis em busca de benefícios sociais como cartão cidadão oferecido pela prefeitura do município de São João da Barra/RJ, além de outros benefícios como Bolsa Família e LOAS, os quais atendem às necessidades imediatas da população desempregada sem recursos salariais ou incapacidade laborativa.

A pedagoga explica em outro relato que “o aumento nos referenciamentos deve-se ao número crescente de desempregados, mas também ao acolhimento, atenção e palavras de ânimo e esperança dados nos atendimentos no CRAS”. Desta forma, constata-se a necessidade de um profissional técnico paciente, solidário, ético, compromissado e comprometido com a transformação social igualitária.

É importante ressaltar a lei que garante esse profissional integrar a equipe de referência dentro do SUAS. A mesma diz que na Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011 fica decretado o pedagogo como trabalhador da categoria profissional que poderá atender as especificidades dos serviços Socioassistenciais. Esses atendimentos visam à finalidade de estruturar e organizar melhor os serviços tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade. Portanto, a pedagoga volta a enfatizar em seus relatos que “a atenção, os esclarecimentos aos seus direitos de cidadãos e o carinho nas dinâmicas desenvolvidas em oficinas e palestras realizadas mostram a mudança na autoestima e a coragem de enfrentar os problemas”, fazendo a diferença.

A atual Gestora Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a qual atua há muitos anos como técnica da assistência social no respectivo município, enfatiza a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que é um Serviço de Proteção Básica do SUAS (Lei nº 12.435/2011) referenciado ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF ou pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos/PAEFI, onde o vínculo através da participação é mais importante que a frequência dos membros familiares acompanhados em projetos e oficinas desenvolvidos pela coordenação, pedagogos e assistentes sociais dos equipamentos como CRAS. Dessa forma a inclusão social ocorrerá a partir de três eixos norteadores: convivência social, direito de ser e participação.

O Estado não dá conta de atender todas as necessidades da população; porém a pedagoga afirma que “a prefeitura do respectivo município oferece tantos benefícios que atrai famílias de outros municípios, as quais vêm em busca de emprego por causa do Porto.

Chegam aqui e não conseguem! Procuram o CRAS e são tão bem recebidos e acolhidos que não querem voltar”.

A inclusão prévia no Cadastro Único é condição para participar dos programas: Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Aposentadoria para pessoa de baixa renda, Telefone Popular, Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos, Programas Cisternas, Água para Todos, Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental), Bolsa Estiagem, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Crédito Instalação, Carta Social, Serviços Assistenciais, Programa Alfabetizado, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Identidade Jovem (ID Jovem) e ENEM.

Nas oficinas e palestras, segundo a pedagoga, “o público variou de 20 a 30 pessoas participantes, cujos temas eram: Saúde e Bem Estar do Homem e da Mulher; Cuidados com a Gestação, Depressão e Cuidados com o Bebê”, onde a mesma desenvolveu dinâmicas de autoestima se fantasiando. Essa relação interacional favoreceu a pedagogia do amor sem diferenças aproximando as famílias e fortalecendo vínculos.

De acordo com as demandas da população do município, referenciada pela pedagoga, a mesma é encaminhada ao cadastrador e agendada às assistentes sociais para oferecer benefícios e analisar condicionalidades.

O governo busca de forma direta a centralidade da proteção social no Brasil reduzir o índice de desigualdade social no país através de programas de transferência de renda que vêm assumindo os impactos sociais dos ciclos de crescimento econômicos curtos e interrompidos.

O papel do pedagogo é de fundamental importância no acolhimento do oprimido que segundo Freire (1987) precisa ser dialógico, horizontal e conscientizador em busca da transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática educativa é um fenômeno constante e universal inseparável da vida social.

O fato da Pedagogia investigar fatores reais e concretos para a formação humana acaba intervindo na organização e metodologias dos processos educativos. E como a educação é dinâmica e se modifica enquanto fenômeno social e histórico, o papel do pedagogo têm tido visibilidade e necessidade nos campos não escolares, principalmente na assistência social.

O processo global no qual o homem está inserido faz com que as práticas educativas ocorram em diferentes instâncias: familiar, social, profissional, escolar, meios de comunicação social etc. Mediante distintas formas: intencional, não intencional, formal, não formal, escolar, extra escolar, pública e privada.

O campo de atuação do Pedagogo deixa de ser estritamente escolar e passa para instâncias não formais exigindo revisão nos currículos dos Cursos de Pedagogia e principalmente nos campos de estágio, para ocorrer a vivência em outros territórios.

Ressalta-se a necessidade de ampliar diálogos e debates em torno desse tema para solucionar problemas decorrentes da invisibilidade do papel do Pedagogo Social que enfrenta desafios diante das demandas diversas com responsabilidades da inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. SEB/MEC: Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1996.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Resolução CNAS n. 145, de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei 12.435** de 6 de julho de 2011. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm; acessado em 04/08/2019.

CARVALHO *et al*, Scarlett O'hara Costa. **O Pedagogo na Assistência Social**. Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE Fortaleza – Ceará, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 12 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da Pedagogia Social**. Intervenção Sociocultural em contextos escolares e não escolares, 2002.